

Processo	00363-2008-085-03-00-4 RO		Ver	Inteiro	Ver	Ver
			Teor		Andamento	Sentença
Data de Publicação	09/07/2009	DEJT	Página: 63			
Órgão Julgador	Setima Turma					
Relator	Alice Monteiro de Barros					
Revisor	Maria Perpétua Capanema Ferreira de Melo					
Tema	RELAÇÃO DE EMPREGO - MÉDICO					

EMENTA: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS.** O trabalho executado pelo médico tanto pode se desenvolver de forma autônoma, como em caráter subordinado. É de se notar, porém, que o simples fato de o médico desenvolver serviços diretamente relacionados à atividade fim do hospital é insuficiente para autorizar o reconhecimento da relação de emprego. A integração do trabalhador na organização empresarial, conhecida como subordinação objetiva, não constitui critério autônomo capaz de determinar a existência do contrato de emprego, pois trata-se de um fundamento teórico utilizado para conceituação do trabalhador subordinado. É indispensável, portanto, que o trabalhador esteja obrigado a observar as diretivas do empregador sobre a prestação de serviços, submetendo-se ao seu poder disciplinar. Evidenciado pelo conjunto da prova produzida nos autos que os médicos integrantes do corpo clínico detinham pleno controle sobre sua atividade, definiam sua própria agenda e não seguiam qualquer diretriz do hospital no tocante à horários e pacientes atendidos, conclui-se pela regularidade de sua contratação como profissionais autônomos. Logo, não se vislumbra ofensa à ordem jurídica apta a determinar a procedência dos pedidos deduzidos por intermédio de ação civil pública.

Data de 25-08-2010
Publicação:
Órgão Nona Turma
Julgador:
Tema: RELAÇÃO DE EMPREGO - CORRETOR DE IMÓVEL
Relator: Maria Lúcia Cardoso de Magalhães
Revisor: Anemar Pereira Amaral

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMOBILIÁRIA QUE CONTRATA CORRETORES AUTÔNOMOS - IMPOSSIBILIDADE DA DETERMINAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DO REGISTRO NA CTPS - A corretagem de imóveis pode ocorrer por meio da relação de emprego, com o trabalho subordinado, ou, diga-se, situação mais comumente observada - por meio de profissionais autônomos. Em outras palavras, o exame de todos os pressupostos caracterizadores do vínculo empregatício só se torna possível mediante a análise de cada caso concreto, cujo direito será invocado por aquele que sofreu a lesão. A atividade da ré, por si só, não induz a existência da subordinação. Não se pode impor a um indivíduo que se torne empregado sem que ele queira, o que impede a procedência da presente ação civil pública, fincada em provimento cominatório para obrigação da ré de fazer o registro na CTPS de todos os corretores de imóveis que lhe prestam serviços, pois repito, tais profissionais são por natureza autônomos, conforme disposto no artigo 3º da Lei 6530/78, que regulamenta a profissão.